



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
20ª Câmara Cível

Avenida Borges de Medeiros, 1565 – Porto Alegre/RS – CEP 90110-906

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5004376-33.2020.8.21.0017/RS

TIPO DE AÇÃO: Bancários

RELATOR: DESEMBARGADOR DILSO DOMINGOS PEREIRA

APELANTE: NU PAGAMENTOS S.A. (RÉU)

APELADO: ----- (AUTOR)

EMENTA

**APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO.
NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO
DECLARATÓRIA. DANOS EXTRAPATRIMONIAIS.
APLICAÇÃO DO
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.
RESPONSABILIDADE OBJETIVA.**

- I. À HIPÓTESE DOS AUTOS, INCIDE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, TENDO EM VISTA OS CONCEITOS DE CONSUMIDOR E FORNECEDOR CONSTANTES DOS ARTS. 2º E 3º DESSE DIPLOMA LEGAL.
- II. CUIDANDO-SE DE SITUAÇÃO ATRELADA À RUPTURA DO DEVER DE SEGURANÇA DO SERVIÇO PRESTADO PELA DEMANDADA, TEM APLICAÇÃO AO CASO O DISPOSTO NO ART. 14, § 1º, DA LEI Nº 8.078/90. NESSE MESMO SENTIDO, O VERBETE SUMULAR Nº 479, DO STJ, QUE AFIRMA QUE “AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS RESPONDEM OBJETIVAMENTE PELOS DANOS GERADOS POR FORTUITO INTERNO RELATIVO A FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS NO ÂMBITO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS”.
- III. NESSES CASOS, IMPERIOSO CONSIDERAR QUE A RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR DE SERVIÇOS NÃO É

ABSOLUTA, CABENDO A ELE DEMONSTRAR NÃO APENAS A EXISTÊNCIA DE ALGUMA DAS HIPÓTESES CONTIDAS NO ART. 14, § 3º, I A III, DO MESMO DIPLOMA, COMO TAMBÉM QUE TAL SITUAÇÃO É DECORRENTE DE FORTUITO EXTERNO, PARA O FIM DE ILIDIR A SUA RESPONSABILIDADE CIVIL.

IV. DEMONSTRADA A CONDUTA ANTIJURÍDICA DA RÉ, O DANO CAUSADO AO AUTOR E O NEXO CAUSAL EXISTENTE, EXSURGE O DEVER DE REPARAR PREJUÍZO MATERIAL E MORAL, RELATIVAMENTE AOS VALORES COBRADOS INDEVIDAMENTE.

V. POR FORÇA DO §1º DO ART. 373 DO CPC/2015, ALEGANDO A PARTE AUTORA A INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO, IMPUNHA-SE À REQUERIDA, A TEOR DO ART. 373, II, DO CPC, COMPROVAR A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS, ÔNUS DO QUAL NÃO SE DESINCUMBIU.

VI. FIXAÇÃO DA DATA DO DESEMBOLSO COMO MARCO INICIAL PARA CORREÇÃO DOS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE, OS QUAIS DEVERÃO SER RESTITUÍDOS.

VII. ÔNUS SUCUMBENCIAIS MANTIDOS.

APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA. RECURSO ADESIVO DO AUTOR PROVIDO. UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação cível da ré e por dar provimento ao recurso do autor, para que seja reformada a sentença apelada, apenas no sentido de definir a data de cada desembolso como marco inicial da correção (pelo IGP-M) dos valores que deverão ser restituídos, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 15 de setembro de 2021.

Documento assinado eletronicamente por **DILSO DOMINGOS PEREIRA, Desembargador Relator**, em 22/9/2021, às 19:59:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc2g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **20001133845v9** e o código CRC **fd7d17d8**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): DILSO DOMINGOS PEREIRA

Data e Hora: 22/9/2021, às 19:59:44

5004376-33.2020.8.21.0017

20001133845.V9